



CONGRESSO NACIONAL

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

MPV 851

00035  
ETIQUETA

DATA 11/09/2018	<b>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 851, de 2018</b>				
AUTOR <b>DEP. WEVERTON ROCHA – PDT/MA</b>				Nº PRONTUÁRIO	
TIPO 1 ( ) SUPRESSIVA 2 ( ) SUBSTITUTIVA 3 ( ) MODIFICATIVA 4 (X) ADITIVA 5 ( ) SUBSTITUTIVO GLOBAL					
PÁGINA		ARTIGO	PARÁGRAFO	INCISO	ALÍNEA
<p>Acrescente-se artigo abaixo à Medida Provisória nº 851, de 2018:</p> <p>Art. ____ O art.1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:</p> <p>“Art.1º.....</p> <p>Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, <b>fundos patrimoniais</b>, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.” (NR).</p> <p><b>JUSTIFICATIVA</b></p> <p>A Lei nº 12.846, de 2013, conhecida como Lei Anticorrupção, prevê a possibilidade de responsabilização objetiva, cível e administrativa, de pessoas jurídicas por atos de corrupção praticados em seu interesse ou benefício.</p> <p>A inclusão dos fundos patrimoniais, de maneira expressa na referida Lei, se</p>					



CD/18389.64123-63

impõe como medida salutar aos princípios de governança e transparência que regem esses fundos.

Assim, propomos a presente emenda, que passa a incluir os fundos patrimoniais no rol de pessoas jurídicas previstas na Lei Anticorrupção, certos de contar com o apoio dos nobres pares para a sua aprovação.

ASSINATURA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Weverton Rocha', is centered on the page.

DEP. WEVERTON ROCHA  
PDT - MA

Brasília, 14 de setembro de 2018.